



**SEFIC2017
UNILASALLE**

**A PESQUISA E O
RESPEITO À DIVERSIDADE**

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017

ISSN 1983-6783

GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE DISCURSO E PRÁTICAS

Vivian Cristina Alves de Carvalho, Paulo Fossatti (orient.)
Universidade La Salle

Resumo

O tema é a gestão inclusiva. Pretendemos analisar as práticas de gestão para a inclusão em uma escola privada da Grande Porto Alegre. Optamos pelo estudo de caso, com pesquisa qualitativa, análise documental e revisão de literatura, apoiados na Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Conclui-se que a escola está em estágio incipiente quanto às práticas de inclusão. Faz-se necessário o aprofundamento do estudo para contribuir para processos de gestão que resultem em práticas inclusivas.

Palavras-chave: *Gestão Escolar, Inclusão.*

Área Temática: Ciências Humanas

1. Introdução - Propósito central do trabalho

A gestão escolar desempenha um papel fundamental em inúmeros aspectos do funcionamento de uma escola de educação básica. A discussão acerca da inclusão de estudantes com educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação vem ganhando destaque nesse contexto, considerando a evolução dos conceitos e da legislação que ampara esses casos. Com este trabalho, pretendemos analisar as práticas do processo de inclusão, visando a identificar o estágio em que se encontra uma escola privada de educação básica da Grande Porto Alegre.

A pesquisa partiu da análise qualitativa de dados coletados a partir da observação de casos concretos de tentativas de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais diversas na referida escola. Esses dados foram obtidos por meio de registro em diário de campo dos pesquisadores. Alia-se a esse procedimento uma revisão de literatura sobre a gestão escolar. A análise dos dados foi realizada segundo a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Lück (2013) surge como principal referência no que diz respeito aos aspectos teóricos da gestão escolar. Freitas (2014) e Tezani (2004) são autoras que se dedicam à análise do papel da gestão na implementação dos processos de inclusão na escola regular. Quanto à inclusão propriamente dita, consideramos documentos atinentes à educação nacional, bem como marcos regulatórios internacionais que influenciam nas políticas públicas de inclusão, como a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) e legislação brasileira para a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015). Observações de CARVALHO (2006) e ORRU (2017) a respeito dos desafios de re-invenção da inclusão também colaboram para o desenvolvimento deste trabalho.

O resultado da pesquisa realizada mostra que há evidências de discursos inclusivos e até de ações inclusivas isoladas. Entretanto, fica claro que a escola em questão ainda está longe de estabelecer um processo que leve ao conhecimento e à prática das políticas públicas referentes à inclusão por parte de toda a comunidade escolar, para que se possa ultrapassar o estágio das ações isoladas e alcançar uma cultura inclusiva que possa extrapolar o ambiente escolar.

Assim como a escola observada neste estudo, é possível inferir que outras comunidades escolares atuais ainda encontrem dificuldades em estabelecer a cultura da inclusão, dada a complexidade do processo e das formas de concretizá-lo. Conseqüentemente, a sociedade como um todo ainda precisa trabalhar para incluir a todos conforme o que está previsto em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

UNIVERSIDADE
LaSalle

www.unilasalle.edu.br

Universidade La Salle - Av. Victor Barreto, 2288, Canoas/RS, 92010-000 - 55 51 3476-8500



**SEFIC2017
UNILASALLE**

**A PESQUISA E O
RESPEITO À DIVERSIDADE**

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017

ISSN 1983-6783

Dessa forma, consideramos que este trabalho abre caminhos para uma pesquisa mais aprofundada, que possa vir a contribuir para a evolução e o desenvolvimento dos processos de gestão escolar com vistas a proporcionar educação para todos, sem exceções.

Neste contexto, apresentamos a questão referente à gestão da inclusão escolar com o objetivo de analisar as práticas de gestão para a inclusão de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em uma escola de educação básica da Grande Porto Alegre.

2. Marco Teórico

Desde que foi sancionada, em 1996, a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) vem sendo constantemente atualizada com relação à inclusão de estudantes inicialmente chamados de “portadores de necessidades especiais”. De 2013 em diante, a LDB fala em “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, o que representa um salto considerável no alcance desejado em termos de inclusão, ampliando conceitos e atentando para individualidades até então não mencionadas claramente. O Capítulo V da LDB, integralmente dedicado à Educação Especial, é explícito ao determinar a garantia de acesso à rede de ensino regular a todos, refletindo as discussões em nível internacional documentadas pela UNESCO.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é considerada um marco no movimento pela educação inclusiva. A Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) e o Marco de Dakar (UNESCO, 2000) reafirmam o compromisso com o movimento global Educação para Todos. Mais recentemente, a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) reitera e amplia o compromisso com o acesso, a equidade e a inclusão sem esquecer da qualidade e dos resultados de aprendizagem num planejamento de ação rumo a 2030. Fica evidente, portanto, que a discussão, em nível mundial, sobre o direito de todos os indivíduos à educação de qualidade não é recente e nem se esgotará tão cedo. Diversos são os documentos oficiais, nacionais e internacionais, que dão suporte ao debate e nos proporcionam argumentos em favor de uma reestruturação das formas de inclusão.

Sem dúvida, essa reestruturação passa obrigatoriamente pelo ambiente escolar, que, por sua vez, necessita de uma gestão eficiente capaz de envolver a todos no projeto de inclusão. Partimos dos conceitos propostos por Lück (2013) relativos à gestão participativa na escola. A ideia do envolvimento e engajamento de todos os que, direta ou indiretamente, contribuem com o processo educacional vem ao encontro das propostas para educação inclusiva que almejamos.

Autoras como Freitas (2014) e Tezani (2004) relacionam os conceitos teóricos de gestão escolar a ações que venham a garantir a inclusão nas escolas regulares de acordo com os objetivos estabelecidos pelos órgãos competentes nacionais e internacionais. Além disso, CARVALHO (2006) e ORRÚ (2017) trazem importantes contribuições com seus olhares atentos e críticos sobre procedimentos de inclusão como se dão hoje.

O aporte teórico deste trabalho se conecta às observações feitas no diário de campo que deu origem à pesquisa, instigando questionamentos e inquietações. A pergunta que se busca responder é como se dá a inclusão dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em uma escola regular de educação básica da rede privada da Grande Porto Alegre. Trata-se de um questionamento muito específico, que visa a, posteriormente, levar a discussão sobre educação especial a um patamar mais amplo. Acreditamos que a aproximação com a realidade concreta pode nos levar a um diagnóstico mais próximo do aceitável para que possamos propor ajustes significativos nos processos.

3. Metodologia



**SEFIC2017
UNILASALLE**

**A PESQUISA E O
RESPEITO À DIVERSIDADE**

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017

ISSN 1983-6783

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo de caso de uma escola de Educação Básica da Grande Porto Alegre. Para coleta de dados, utilizamos diário de campo dos pesquisadores, com base no exposto por Triviños (1987): “[...] podemos entender as anotações de campo, por um lado, como todas as observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 154-155). Consideramos a relevância da experiência educativa dos pesquisadores para justificar o uso dos registros por eles realizados em seus diários.

Além do diário de campo, também utilizamos documentos referentes aos marcos regulatórios da Educação da UNESCO (Declaração de Incheon, 2015), bem como legislação brasileira para a Educação (LDB, 1996; Lei Brasileira de Inclusão, 2015). A revisão de literatura constou de autores que se debruçam sobre as teorias da gestão escolar e o papel desta na promoção da inclusão: Lück (2013), Carvalho (2006), Freitas (2014) e Orrú (2017).

A análise dos dados teve por base a técnica de Análise de Conteúdo, observada em Bardin (2016). Ressaltamos que “[...] análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.” (BARDIN, 2016, p. 52).

4. Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar as ações direcionadas à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em uma escola de Educação Básica da rede privada da Grande Porto Alegre. A intenção não foi fazer um registro de procedimentos para fins meramente críticos, mas observar a que distância se encontram discurso e prática.

As principais nações do mundo estão, neste momento, engajadas e comprometidas com as metas propostas por órgãos como a ONU e a UNESCO em busca de educação inclusiva para todos. A legislação brasileira vem acompanhando os movimentos em escala mundial e ajustando termos e conceitos para aproximar os textos legais daquilo que se pretende como prática inclusiva. Hoje, é garantido o acesso à escola regular a todos os indivíduos. A Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015) exige que as instituições de ensino se preparem e façam todas as adaptações considerando necessidades individuais; tais adaptações não se restringem à acessibilidade do espaço físico, mas se ampliam para ajustes no currículo e presença de profissionais especializados para realizar os atendimentos pertinentes.

A observação da escola que foi nosso objeto de estudo nesta pesquisa nos permitiu visualizar, na prática, algumas tentativas de concretizar o que está previsto como inclusão. Notamos que a escola se coloca aberta e receptiva a todos os estudantes. Encontramos crianças com Síndrome de Down frequentando a sala de aula regular e tendo acesso a todas as atividades e ambientes da escola, desenvolvendo habilidades e competências sociais que são de grande importância para o exercício da cidadania. Observamos, também, crianças e adolescentes com transtornos diversos, como autismo, hiperatividade, déficit cognitivo e até mesmo uma suspeita de caso de altas habilidades em uma turma de primeiro ano do ensino médio.

Em teoria, incluir em uma sala de aula regular um ou dois estudantes que apresentam necessidades especiais é exatamente o que se propõe em todos os documentos e o que a legislação garante. De fato, notamos uma boa convivência e muito respeito a essas diversidades entre os estudantes da escola em questão. Entretanto, pode-se notar que a aprendizagem efetiva não se dá como deveria. A proposta da inclusão em escola regular não prevê apenas a socialização. Mais que isso, é preciso que todos tenham o direito de receber uma educação efetiva e de qualidade. Para tanto, é preciso que cada escola esteja engajada na implementação da inclusão em todos os seus setores.

A gestão escolar tem um papel fundamental enquanto liderança nos processos que ocorrem na instituição. Lück afirma que o conceito de gestão “parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus



**SEFIC2017
UNILASALLE**

**A PESQUISA E O
RESPEITO À DIVERSIDADE**

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017

ISSN 1983-6783

componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um 'todo' orientado por uma vontade coletiva" A autora diz ainda que essa gestão "consiste no envolvimento de todos os que fazem parte direta ou indiretamente do processo educacional" (LÜCK, 2013, p.22) Assim, o papel da gestão pressupõe, necessariamente, mobilizar os profissionais dos diversos setores da instituição a participar de todos os projetos, inclusive os que dizem respeito à inclusão de todos aqueles que antes se encontravam marginalizados por não se enquadrarem no padrão homogeneizador que imperava (ou impera) nas escolas.

É necessário, ainda, que os profissionais da instituição sejam preparados e capacitados para lidar com as diversas situações que poderão se apresentar. Considerando a nossa escola-objeto, foi possível notar a insegurança dos profissionais, principalmente dos professores, no trato com os estudantes com necessidades educativas especiais. De modo geral, o estudante está presente em sala de aula, mas pouco ou nada participa das atividades que são propostas voltadas para os demais alunos. Em situações de avaliação, por exemplo, verificamos que os estudantes que deveriam ter currículos e avaliações adaptados às suas necessidades realizam provas e trabalhos idênticos aos dos colegas de turma, porém são avaliados de acordo com critérios menos rígidos. Na prática, o que acontece é que as necessidades especiais do estudante são atendidas no sentido de dar a ele uma nota satisfatória, uma vez que, mesmo encontrando maiores dificuldades, sua presença naquele grupo é amparada e garantida por lei. Ou seja, a legislação que deveria ser o ponto de partida para a inclusão efetiva, se torna uma barreira educativa.

Portanto, até o momento, é possível concluir que ainda há um longo caminho a ser traçado para que a educação inclusiva seja uma realidade. Nosso estudo não pretende esgotar o assunto. Pelo contrário, tem a intenção de manter vivo o debate e alimentar a discussão com dados extraídos da observação de situações concretas, que podem nos sinalizar onde estão os maiores e principais impasses e nos apontar rotas alternativas. O discurso da educação inclusiva está pronto. A prática ainda se restringe a ações isoladas, ainda que bem intencionadas. Transformá-las em uma cultura inclusiva é o nosso desafio maior.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – LDBN. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 21 jun 2017.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso 21 jun 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

FREITAS, Patrícia Ramos de. **O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais**. (Monografia de Especialização). Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação. Universidade de Brasília, 2014.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em 16 jun 2017.



**SEFIC2017
UNILASALLE**

**A PESQUISA E O
RESPEITO À DIVERSIDADE**

16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017

ISSN 1983-6783

ORRÚ, Sílvia Ester. **O Re-inventar da Inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre gestão escolar e o processo de inclusão**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

_____. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas da Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

_____. **Educação para todos**. Dakar: UNESCO, 2000. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

_____. **Educação 2030: rumo a uma educação inclusiva, equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Incheon: UNESCO, 2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.